



AS DROGAS SOB DIFERENTES PONTOS DE VISTA.

PÁGINA
4

SEMINÁRIO SOBRE DROGAS: SUBJETIVIDADE, AUTONOMIA E TUTELA.

Encontro reunirá especialistas em Olinda.

Debate

A Psicologia e as Políticas Públicas

PÁGINA 3

Opinião

O fenômeno bullying e o papel do/a psicólogo/a

PÁGINA 6

Para ver

A complexidade do humano apresentada em O Cisne Negro

PÁGINA 8

EDITORIAL

O Jornal Psiqué está de cara nova. Foi pensando em você que modernizamos a concepção visual e editorial valorizando o conteúdo e o aprofundamento da análise de questões relevantes para a sociedade e para os/as profissionais da área. Com o aumento de quatro para oito páginas, foi possível diversificar a pauta e também a participação de colaboradores.

Nesta edição, convidamos os/as psicólogos/as a algumas reflexões. As constantes transformações e desafios enfrentados pela humanidade e as repercussões que acarretam desafios para a atuação da categoria estão pautadas pela presidente do CRP-02, Conceição Costa, em seu artigo Palavra da Gestão.

Como forma de aproximar a categoria de algumas destas questões, o Conselho vem desenvolvendo uma série de encontros que possibilitem a troca de experiências, a exemplo do Seminário de Psicologia e Políticas Públicas, que você acompanha a cobertura e alguns pontos defendidos pelos especialistas convidados.

A Comissão de Direitos Humanos do CRP-02 constitui uma ferramenta importante na inserção da Psicologia neste domínio e nas questões relativas à cidadania, como exemplificam os membros da Comissão de Direitos Humanos em artigo sobre as responsabilidades sociais da profissão.

Outro compromisso fundamental da categoria com a sociedade diz respeito às proposições de atuação em torno do uso do álcool e outras drogas. O Conselho convida os/as psicólogos/as para, em junho, participarem do Seminário Drogas: Subjetividade, Autonomia e Tutela. Antecipamos estas discussões e apresentamos duas entrevistas com psicólogos que atuam na área.

A Comissão de Educação do CRP-02 traz à categoria um debate que vem mobilizando a sociedade civil, o bullying, fenômeno complexo que exigirá dos/as profissionais um novo olhar sobre suas crenças.

As páginas do Psiqué trazem ainda uma análise da produção cinematográfica O cisne negro, que suscitou diversas opiniões pela forte abordagem psicológica do enredo.

A Comissão Editorial do Psiqué agradece aos/as psicólogos/as que contribuíram para a realização desta edição. Aguardamos as futuras participações da categoria nesse espaço de divulgação e troca de experiências.

XIII Plenário



PALAVRA DA GESTÃO

Conceição Costa

Conselheira Presidente do CRP-02

Mestra em Psicologia/UFPE

Coordenadora Técnico Pedagógica da Gerência de Prevenção e Mediação de Conflitos - GPMC/SEJUDH

Iniciamos nosso jornal convocando os psicólogos/as pernambucanos/as a refletir sobre nossas intervenções. A sociedade, de modo geral, passa por vários desafios que vão desde os desastres naturais, passando pelas diversas formas de violência que somos constantemente afetados/as e que produzem efeitos em nossas vidas. Assim, nosso desafio pauta-se em encontrar possibilidades de atuação do exercício profissional junto à nossa sociedade de forma mais qualitativa, na busca de uma Psicologia que pratique os direitos humanos como defesa ativa dos processos de singularização.

Nesse sentido, o Sistema Conselhos, atento às urgências e emergências contemporâneas, garantiu na sua Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças, realizada dezembro de 2010, em Brasília (DF), que 2011 fosse o "Ano da Avaliação Psicológica". O tema se constitui no cerne da Psicologia, quando pensamos o que avaliamos, como avaliamos e para que avaliamos. Isto diz respeito às relações institucionais e o contexto da formação de profissionais atentos à realidade brasileira de exclusão, preconceitos e discriminações. Assim, a Avaliação Psicológica precisa de eixos que a definam como uma ação técnica baseada nos princípios ético-políticos dos Direitos Humanos.

Ao longo deste ano muitos temas serão desenvolvidos tanto em nível local

como no cenário nacional. Alguns dizem respeito às ações específicas à atuação em Psicologia, outros são parte das lutas conjuntas com outras categorias profissionais e atores sociais. Entre elas, destacamos a luta contra o Ato Médico, o cuidado com a Avaliação de Testes Psicológicos, o tema da Psicologia das Emergências e Desastres e o CREPOP como referência para pensarmos as políticas e a descriminalização do aborto.

O Sistema Conselhos compreende sua tarefa neste momento em que a política pública de segurança brasileira vê-se às voltas com a necessidade de dar resposta eficaz aos inúmeros problemas que envolvem ações atuais da própria segurança pública, as banalizações das mortes e a precarização da vida. O Sistema se propõe ainda a dialogar sobre a nossa atuação no sistema de justiça e segurança, afinal há que se perguntar onde estão os/as psicólogos/as que trabalham na segurança pública do país? O que fazem e como atuam? Nossa missão é tão somente contribuir, além da inserção, com o fortalecimento das políticas públicas, buscando que a maioria da população possa ter suas necessidades mais básicas atendidas. A gestão do CRP de Pernambuco entende que são temas em que toda a categoria precisa se implicar, opinar, contribuir com reflexões críticas para que possamos fazer uma Psicologia melhor. Fiquem atentos/as e participem destas ações.

AS PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES DA APAF DE DEZEMBRO/2010:

Resolução nº 009/2010: foi prorrogada a suspensão dos efeitos da Resolução nº 009/2010, referente ao Exame Criminológico utilizado no Sistema Prisional, até a APAF de maio/2011. Tal decisão visou possibilitar a ampliação das discussões sobre a temática em todo o país.

Consulta Nacional: Homologada a Consulta Nacional pela Assembleia de Delegados e criação de um GT para a revisão do regimento eleitoral.

Avaliação dos Testes Psicológicos: Criação de um Grupo de Trabalho/GT para viabilizar a discussão dos critérios necessários para a estruturação da avaliação dos testes psicológicos, respeitando-se os princípios dos Direitos Humanos, garantindo-se assim o respeito à dignidade humana.

Ato Médico: Continuidade de mobilização junto aos/as senadores/as para barrar a ditadura da Medicina na atuação de profissionais das áreas de saúde.

Psicologia das Emergências e Desastres e a Política Nacional de Defesa Civil: Em Pernambuco já temos uma experiência com a qual poderemos contribuir com o debate nacional.

Temas de Álcool e outras drogas: Realização de planejamento conjunto de ações a serem realizadas pelo Sistema Conselhos das duas temáticas.

CREPOP: Pesquisas que serão realizadas em 2011: Atuação dos/as psicólogos/as na Segurança Pública e na atuação com o idoso/a.

Encaminhamentos: Acompanhar e participar das lutas dos movimentos sociais. Discussão importantes com a categoria, abrindo debates que tenham conexão com temas como a descriminalização do aborto e as contribuições da Psicologia, saúde mental, direitos sexuais e reprodutivos e planejamento familiar, entre outros.

DEBATE

ATUAÇÃO DOS/AS PSICÓLOGOS/AS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS É TEMA DE ENCONTRO PROMOVIDO PELO CRP-02

A participação dos profissionais de Psicologia na promoção das políticas públicas e a ampliação deste campo de debate pela categoria foram alguns dos pontos levantados durante o Seminário de Psicologia e Políticas Públicas, promovido pelo Conselho Regional de Psicologia – 2ª Região.

Ocorrido no mês de março no Recife, o Seminário reuniu especialistas, profissionais e estudantes de Psicologia, que participaram de Conferências, Mesas e Rodas de diálogos e representou um momento importante para a compreensão e problematização da atual fase das políticas públicas no país.

Além de marcar a forte inserção dos/as psicólogos/as nessa área, a diretoria do Conselho estruturou o seminário como uma forte estratégia de aproximação com a categoria, linha que marcará toda a atual gestão. Para isso, o CRP-02 organizou outros dois encontros anteriores, em Petrolina e Garanhuns, quando psicólogos destes municípios pernambucanos puderam discutir a temática e ainda conhecer os novos parâmetros da nova diretoria.

Para a presidente do Conselho, Conceição Costa, presente à abertura do evento, é uma responsabilidade do Conselho discutir as políticas públicas quando estas representam, atualmente, um abundante campo de trabalho para os/as psicólogos/as, além de pautarem importantes ações para a sociedade.

“É uma atribuição nossa, do Sistema de Conselhos, tensionar e problematizar o Estado para que as políticas sejam voltadas

a toda a população, principalmente aos mais excluídos e discriminados, como crianças, população negra e indígena, deficientes e homossexuais”, explicou.

A abertura da programação ocorreu com a Conferência Interfaces da Psicologia nas Políticas Públicas, ministrada por Maria da Graça Marchina Gonçalves, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A docente enfatizou que a relação da Psicologia com as Políticas Públicas representa hoje uma das prioridades para a profissão, pelo número de profissionais que hoje se encontram atuando na área. “Essa aproximação amplia o campo de atuação e coloca a Psicologia em um espaço importante para contribuir com o atendimento dos direitos sociais, garantindo a adesão dos indivíduos às políticas públicas”, comentou.

Em um segundo momento, Fernanda Lou Sans Magano trouxe à tona o tema Políticas Públicas e Intervenção Profissional da Psicologia: O trabalho em questão. Presidente da FENAPSI, Federação Nacional dos Psicólogos, a psicóloga deixou claro que as políticas públicas surgem a partir de demandas sociais, de necessidades vitais de grupos coletivos, para que se possa atingir novas conquistas sociais. “O profissional psicólogo tem que ampliar sua visão, vendo o ser em sua realidade social, que a constrói e é construída por ela”, ratificou.

Essas ações do cotidiano social refletem também uma realidade de desigualdade e de violência dessas populações. Ainda em sua exposição, a psicóloga apontou que,



Maria da Graça Marchina enfatizou a aproximação da Psicologia com as Políticas Públicas



Verônica Carrazzone, coordenadora da Comissão de Educação do CRP, Conceição Costa e Valternandes de Carvalho, coordenador do curso de Psicologia da Fafire

em sua rotina, o profissional de psicologia irá se deparar com tais situações de exclusão no campo subjetivo.

O último momento da Mesa de Diálogos contou com a presença de Benedito Medrado, membro da ABRAPSO, Associação Brasileira de Psicologia Social. Em sua palestra, As Novas ações em Políticas Públicas e Saúde do Homem, Medrado discorreu sobre a necessidade de a sociedade voltar o olhar também para os homens que são vítimas da violência diariamente, em sua grande maioria por razões externas, como homicídios, suicídios e acidentes de trânsito, entre outros.

Entre as ações de políticas públicas voltadas para os homens, Benedito Medrado citou a iniciativa do Instituto Papai, que promove campanhas de conscientização em diferentes setores da sociedade, com iniciativas que deveriam ser ampliadas para outros segmentos, como mulheres, idosos, homossexuais.

ESPAÇO DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS RATIFICA A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA COM O COMPROMISSO SOCIAL DA PROFISSÃO

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) do CRP-02 foi criada em 1999, tendo como princípio a luta pelos direitos, tomando como marco teórico a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada em 1948, após a II Guerra Mundial.

A CDH tem como objetivo buscar a inserção da Psicologia nas questões relativas aos Direitos Humanos e à Cidadania, desenvolvendo estratégias e ações que permitam a ampliação

e a sensibilização dos/as psicólogos/as quanto ao compromisso social da profissão. Para tanto, incentiva o debate sobre o tema central, vinculando-o à formação, prática profissional, bem como os múltiplos processos de exclusão.

Entre as ações estão, entre outras, a de intervenção em situações concretas de violações de direitos; apoio aos movimentos sociais nacionais e internacionais em defesa dos Direitos Humanos e a busca por parcerias com entidades que tratam destas questões.

A trajetória da CDH é marcada pela participação em Campanhas Nacionais do Sistema Conselhos como Gênero, Infância e Adolescência, Sistema Penitenciário, Sistema Sócio-educativo, Educação Inclusiva, Instituições de

Longa Permanência, Racismo, Álcool e outras Drogas. Ao longo destes 11 anos, participamos de inspeções junto a outras Comissões e movimentos sociais, nos espaços das Instituições Totais, no intuito de denunciar violações de direitos e contribuir com a promoção da qualidade de vida da população atendida.

Para aproximar a categoria, realizamos pesquisa de consulta a psicólogos/as e estudantes de graduação e promovemos debates para refletir e dialogar sobre a importância de ações e práticas psicológicas na direção da garantia dos Direitos Humanos para todos/as. Assim, contamos a participação da categoria nos espaços de discussão e/ou de sugestões de temas para as nossas rodas de diálogos.

CRP-02 REALIZA SEMINÁRIO SOBRE DROGAS: SUBJETIVIDADE, AUTONOMIA E TUTELA

Diversos setores da sociedade convergem atualmente, em todo país, para discussões e proposições de atuações em torno do uso do álcool e outras drogas. Atento a essa movimentação e na perspectiva de lançar outro olhar sobre o debate, o Conselho Regional de Psicologia - 2ª Região irá promover o Seminário Drogas: Subjetividade, Autonomia e Tutela, nos dias 13 e 14 de junho, no Centro de Convenções, em Olinda.

Na ocasião, a temática será apresentada através de mesas de debates em dois eixos de discussão: Concepções e práticas da Psicologia para as pessoas

que usam álcool e outras drogas e Direitos Humanos e o uso de drogas. O público poderá acompanhar as discussões levantadas pelos convidados Denis Petuco, sociólogo e redutor de danos, Humberto Verona, presidente do Conselho Federal de Psicologia, Marta Conte, psicanalista e sanitária, além de outros especialistas da sociedade civil organizada e gestores da Região Metropolitana e do Governo do Estado.

O evento também proporcionará rodas de conversas temáticas, tais como: gênero e uso de drogas; pessoas em situação de rua; diálogo entre a abordagem

social e o Consultório de Rua; a intersetorialidade nas Políticas Públicas e comunidades terapêuticas e rede social de apoio ou Institucionalização do Sujeito?

O Seminário será realizado em consonância com o debate realizado pelo Conselho Federal de Psicologia durante o mês de março em Brasília. Na ocasião, todos os Conselhos Regionais traçaram metas para os próximos três anos em ações do sistema conselhos no que se refere às questões relacionadas ao uso de álcool e outras drogas. Mais informações pelo e-mail eventos@crppe.org.br, pelo telefone (81) 2119.7258 ou na sede do CRP-02.



COM A PALAVRA

Alda Roberta Campos
Psicóloga Clínica – especialista em família



PSIQUÊ - Como é vista a droga hoje nos ambientes sociais?

ALDA – Ao falar de drogas precisamos considerar vários aspectos: psicológicos, sociais, biológicos e culturais. Existe droga desde o início da humanidade, porém o uso variou no curso da história por diversas motivações. Destacando o álcool, a droga mais usada na nossa sociedade, presente em diversos momentos, desde o nascimento, passando por celebrações típicas e até a morte, como na tradição de “beber o morto”, que ainda é muito comum no interior de algumas regiões. Há um culto ao álcool e a demonização de algumas drogas, principalmente as ilícitas. É preciso se falar sobre este tema de forma mais clara, objetiva e respeitando a subjetividade e o lugar que a droga ocupa na vida de cada um. As pessoas fazem uso diferente das drogas. Uns desenvolvem dependência, outros fazem um uso nocivo e há quem as utiliza de forma recreativa. Existem pessoas que fazem uso de determinada droga e conseguem tocar a vida de forma tranquila, enfrentando dificuldades e problemas como todos. A droga faz parte da escolha, da história de cada um. Nem todas as pessoas que usam drogas

estão ou ficarão doentes. A questão não é o uso da droga em si, pois ela é parte da história da humanidade, mas a motivação de quem as usa.

PSIQUÊ - A busca intensa em responder a um estereótipo exigido pela sociedade chega a todas as classes sociais e idades. Como isso funciona em relação ao uso da droga?

ALDA – Considerando o álcool como exemplo, há uma verdadeira exigência do consumo do álcool por jovens, adultos e até adolescentes. Associa-se o consumo à masculinidade e à liberdade. Quanto mais cedo se bebe e em maior quantidade, se atinge um maior respeito e status. Mas com o passar do tempo esta situação se inverte e começa um processo de exclusão com quem faz uso sem limites. O perfil do usuário de crack é muito variado: idoso, adulto, adolescente e até criança. Essa relação, que de início foi motivada pelo prazer, agora já é de desespero e sofrimento intensos e é relatada pelos dependentes como uma escravidão. Pelo poder de devastação que ela tem, não é frequente o uso social e recreativo do crack. Mesmo quando não há dependência, o uso é quase sempre destrutivo. Mesmo aqueles

que consomem esporadicamente, quando o fazem é de forma devastadora, empenham objetos, envolvem a família, fazem dívidas com o traficante e neste processo perdem a noção do autocuidado.

PSIQUÊ - Muitas vezes a relação entre os dependentes químicos e seus familiares e amigos é de sofrimento e de desgastes. Como minimizar esses conflitos no retorno do dependente ao seu ambiente social?

ALDA – Quanto mais a pessoa puder manter esse vínculo com a família e quanto mais recursos dispuser, melhor. É imprescindível contar com o apoio da família, pedir ajuda o mais cedo possível, seja no trabalho, na faculdade, em seus ambientes sociais. Por isso é importante um trabalho integrado, para que não haja o afastamento do indivíduo, pois quando ocorre esse distanciamento se torna muito complicado o caminho de volta. Quando se perde esse contato com suas referências, ele passará um tempo afastado das drogas e logo em seguida retomará tudo novamente. É como se fosse um processo de cicatrização, tem que ser de dentro para fora. Defendo que o foco deve ser no indivíduo e não na substância.



COM A PALAVRA

Marcelo Agra

Psicólogo, consultor autônomo, especialista em Psicologia Clínica e em Direitos Humanos, mestrando do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPE. Supervisor clínico-institucional do CAP's-ad Luiz Cerqueira.



PSIQUÊ - Que características poderíamos considerar fundamentais em uma abordagem direcionada aos usuários de álcool e outras drogas, na perspectiva de defesa dos Direitos Humanos?

MARCELO - Acredito que as intervenções relacionadas à atenção aos usuários de álcool e outras drogas dentro de uma perspectiva de defesa dos Direitos Humanos deve manter firme dois princípios básicos, sendo eles: a tolerância e a diversidade. A tolerância pode ser entendida como um princípio fundamental, pois implica em respeito aos usuários de drogas pelo seu direito de usar a sua droga "eleita", mesmo diante dos possíveis e/ou evidentes prejuízos acumulados em função desse uso. A diversidade aparece na medida em que a abordagem não deve apresentar "receitas" prontas para intervir, considerando sempre as especificidades de cada caso, para que assim possa adequar as ações e os recursos que serão disponibilizados às diferentes formas de uso e tipos de usuários. Assim, afirma-se a defesa incondicional da singularidade do sujeito, do seu modo próprio de se relacionar com as coisas do mundo, inclusive com as drogas.

PSIQUÊ - Tolerância ao uso de drogas? Poderia explicar melhor?

MARCELO - Pois é, há de se ter espaço para compreender que, independentemente do nosso desejo, algumas pessoas não querem ou não conseguem parar de usar drogas (lícitas ou ilícitas) e tal decisão ou impossibilidade não deve impedir que ações sejam desenvolvidas no sentido de favorecer processos de reflexão sobre a relação que o sujeito estabelece com a droga. Considero fundamental reconhecermos que o uso de drogas representa mais uma entre tantas possi-

bilidades de estar no mundo, de lidar com a própria existência, o que, para alguns, pode ser insuportável sem a droga. A sociedade lida muito bem com isso quando se fala em uso de drogas lícitas, como álcool e ansiolíticos, por exemplo; mas ainda tem enorme rejeição quando se trata do uso de drogas ilícitas, como a maconha e a cocaína, entre outras.

PSIQUÊ - As campanhas relacionadas a tratamentos para os chamados dependentes químicos defendem quase que invariavelmente a interrupção do uso como único objetivo a ser alcançado. O que você acha disso?

MARCELO - Percebo que tal visão está respaldada pela crença de que o contrário do uso de drogas é a abstinência total. Prefiro trabalhar com a ideia de que o contrário do uso de drogas é a autonomia, a liberdade. Liberdade inclusive para poder identificar quando e como usar drogas. Ao longo do tempo, temos exemplos de profissionais que, diante de alguns usuários que não manifestam intenção de buscar abstinência, são enfáticos em dizer algo semelhante a: "quando quiser se tratar volte a me procurar...". A mensagem implícita em frases desse tipo é: "se você quiser parar de usar drogas, o problema é nosso; se você não quer, o problema é seu...". Acredito que seja mais pertinente a adoção de práticas que transmitam a ideia de que: "se você quiser parar de usar drogas, o problema é nosso; se você não quer, o problema é nosso também...". Isso implica em intervenções que sejam direcionadas menos por questões morais e mais por aquilo que poderíamos denominar de ética do cuidado incondicional. É fundamental destacar que, quando defendo tal posição,

não estou dizendo que devemos ser contrários à busca pela abstinência, até porque, em alguns casos, seria inviável pensar em outras possibilidades, por motivos diversos. O que pretendo é alertar que ela deve ser encarada como uma das tantas possibilidades em um tratamento, mas não a única.

PSIQUÊ - Como essa visão, que tem na abstinência a vitória do indivíduo sobre a substância, afeta a dinâmica de tratamento em relação às drogas?

MARCELO - A proposta de abstinência como único referencial de êxito traz à pessoa que não consegue, ou não quer atingir este objetivo, a sensação de que não tem jeito para o seu caso, gerando não raramente afastamento/abandono do tratamento, sobretudo quando acontece a recaída, já que, dentro dessa proposta, ela é encarada quase sempre como fracasso, como insucesso. O que considero mais grave é que muitos usuários de álcool já morreram em acidentes de trânsito, por exemplo, antes que a "vontade" de interromper o uso de drogas chegasse, antes de conseguirem aceitar a ideia de um tratamento que tem a busca pela abstinência como meta. Muitos usuários de drogas injetáveis contraíram o HIV através do compartilhamento de seringas. Isso pode ser evitado mesmo com o uso de drogas presente! Não tenho dúvidas de que este olhar para a questão exige uma nova leitura sobre os processos que envolvem o uso/abuso de drogas e sobre as formas de lidar com os usuários, pois ele indica para necessidade não só de reformulação dos "discursos" sobre o tema, mas sim da adoção de práticas questionadoras de uma ideologia e uma política que historicamente vem direcionando as intervenções na área.

PROGRAMA-SE



O projeto Terças Psi continua sendo promovido pelo CRP-02. Novos temas relevantes para a sociedade e para a categoria serão abordados durante os próximos meses. Fique atento à programação que será disponibilizada no site www.crppe.org.br e participe.



OPINIÃO

BULLYING: A VIOLÊNCIA NO PALCO DAS ESCOLAS E O PAPEL DO/A PSICÓLOGO/A

Por Verônica Carrazzone e Murilo T. Calafange¹ com a colaboração de Suellen Bezerra

Início de ano, volta às aulas, mudanças, novidades para partilhar, saudades, abraços e muitos encontros: essa é a dinâmica escolar - a mochila nas costas carrega não só os novos livros, mas muitas expectativas, dúvidas, anseios, desejos... Como serão os novos professores? E as novas salas? Os corredores, anteriormente vazios, ganham vida e alegria, enfim... Começa o ano letivo.

Ao lado dessa alegria efervescente, ocupando um lugar menos visível, inicialmente, também estão os medos, as ameaças, as fragilidades, as diferenças, que tentam ficar guardadas no fundo das mochilas para não serem descobertas, mas, nem sempre, isso é possível. E essas diferenças, responsáveis por esse colorido especial, passam a ser fonte de exclusão, de desavenças, de ameaças, de choros. Estamos falando da violência nas escolas que vai dar lugar, nesse grande palco, a um espetáculo de sofrimento. Esse é o fenômeno bullying que vem sendo bastante discutido na contemporaneidade.

O bullying é um fenômeno mundial e bastante antigo, tanto quanto a existência das relações humanas e das escolas, e que, na atualidade, vem roubando a cena e assumindo um enredo que não pode mais ser negligenciado.

Mas, afinal, o que é bullying?

O bullying corresponde a um conjunto de atitudes de violência física e/ou psicológica, de caráter intencional e repetitivo, praticado por um bully (agressor) contra uma ou mais vítimas que se encontram impossibilitadas de se defender.

Tais violências podem ser caracterizadas por agressões verbais; agressões físicas e materiais; agressões psicológicas e morais; e agressões sexuais. Ainda temos a prática do bullying que extrapola os muros das escolas, amparado pelos avanços tecnológicos: o cyberbullying. Como o espaço virtual é ilimitado, o poder de agressão se amplia, a vítima se sente acuada e, o que é pior, muitas vezes, ela não sabe de quem se defender, ficando mais difícil a denúncia.

É importante ficar atento também para a figura do espectador, ou seja, atuando, nesse palco, temos, além da figura do agressor e da vítima, o espectador. O espectador é aquele que assiste a tudo e mantém uma postura passiva e conivente com o agressor, por medo de ocupar esse lugar

de excluído e de sofrer ele próprio essa exclusão. Com isso, o espectador acaba direta ou indiretamente se aliando ao agressor, e essa aliança agrava ainda mais a condição da vítima, que se vê isolada e cada vez mais fragilizada no meio de tantos atores.

A fragilização do sujeito e as constantes ações do agressor, aliados à falta de apoio, podem gerar desde sintomas psicossomáticos até comportamentos mais complexos, a exemplo do transtorno do pânico, da fobia escolar, entre outros quadros, chegando, em alguns extremos, inclusive em casos mostrados pela mídia, ao próprio suicídio, ou reações de extrema violência por parte das vítimas.

No Brasil, alguns estudos sobre o bullying têm o intuito de conscientizar pais e mães, professores/as, alunos/as, psicólogos/as, psiquiatras e demais profissionais envolvidos no processo para que trabalhem as relações humanas, mostrando que é possível reduzir os índices do fenômeno por meio de programas educacionais que têm a solidariedade como objetivo.

Mas isso não é tudo. Tratar desse fenômeno complexo vai exigir do/a psicólogo/a abrir mão de crenças e verdades imutáveis, construídas ao longo da sua formação, pois, olhares que fragmentam e isolam o fenômeno, e que culpabilizam sujeitos, vêm traçando um caminho que, ao longo da nossa profissão, tolhem possibilidades de intervenções que considerem o contexto histórico e um profissional político, ou, melhor nomeando, o psicólogo-político.

É evidente que o olhar atento do/a profissional de Psicologia e as estratégias de implantação de política anti-bullying nas escolas, envolvendo professores/as, funcionários/as, alunos/as e pais e mães, informando, sensibilizando, conscientizando e mobilizando; e também o estabelecimento de regras anti-bullying na escola, embora sejam ações pontuais, têm trazido resultados que vêm contendo essa violência, mas que, por outro lado, despertam questões sobre o enquadramento desse profissional psi nesse contexto de controle. O que mais compete a esse/a profissional psi?

Para atuar na diversidade de fenômenos emergentes no cenário contemporâneo, novos saberes e fazeres psi são exigidos, pois os sofrimentos psíquicos não se ajustam mais aos fazeres instituídos.

Não considerar o contexto sócio-histórico-político na intervenção pode levar o/a psicólogo/a a reproduzir acriticamente métodos e procedimentos que anulem as possibilidades de uma atuação crítica e inventiva, reproduzindo um sistema de enquadramento que vai na contramão da emergência das subjetividades, anulando, rotulando e culpabilizando os sujeitos.

Atuar sobre o bullying, ou sobre qualquer outro fenômeno, dentro ou fora do contexto escolar, implica analisar nossos saberes, fazeres e nossas implicações. Para isso, é exigida uma constante vigilância para não cairmos na armadilha de repetir antigos fazeres, revestido de novas e camufladas roupagens. Essa transgressão inovadora que permite recriar esse fazer psi, em consonância com essa realidade sócio-histórica, é proposta de uma profissão que não se separa da política e nem da vida.

O Projeto de Lei da Câmara Nº 60², em tramitação, coloca o/a psicólogo/a dentro das escolas públicas, por entender, que esse saber psi tem muito a contribuir na formação desse sujeito-cidadão. Nós, psicólogos/as, estamos brigando pela aprovação dessa Lei por acreditarmos que é um lugar legítimo para nossa atuação, mas se faz necessário muito mais: precisamos garantir que essa atuação tenha o compromisso com essa formação cidadã, de sujeitos críticos e atuantes politicamente.

¹ Membros da Comissão de Educação do CRP-02

² PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60 - O Congresso Nacional decreta: Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

**FIQUE
LEGAL**

**FIQUE EM
DIA COM
A PSICOLOGIA**

Profissional, o pagamento da anuidade da sua inscrição no Conselho Regional de Psicologia (CRP-02) pode ser feito em qualquer agência da rede bancária. Fique em dia com o seu Conselho e garanta a legalidade das suas atividades profissionais.

CREPOP LANÇA PESQUISA NACIONAL E CONVIDA PSICÓLOGOS/AS A AMPLIAR EXPERIÊNCIAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Alessandra Lima – Conselheira vice-presidente e coordenadora do CREPOP / Thelma Torres – Assessora de Projetos Especiais

Durante o ano de 2011, o Centro de Referências em Psicologia e Políticas Públicas- CREPOP inicia o ciclo de pesquisas nas temáticas de Atuação dos/as Psicólogos/as na Política de Segurança Pública e, posteriormente, Políticas para Idosos/as. Com isso o CREPOP-PE quer ouvir os psicólogos/as pernambucanos no seu fazer, conhecer suas experiências e assim, construir diretrizes baseadas nos marcos legal, técnico, ético e político da nossa profissão.

Neste semestre, o Conselho Federal de Psicologia estará aplicando a pesquisa Atuação dos/as Psicólogos/as na Política de Segurança Pública, composta de duas etapas: o preenchimento de um formulário online e a pesquisa qualitativa nos Conselhos Regionais. Em Pernambuco, o Conselho Regional de Psicologia – 2ª Região irá reunir os/as profissionais que atuam na área em ciclos de debates e reuniões descentralizadas em alguns municípios do estado.

O objetivo desta primeira etapa do ciclo é reunir o máximo de informações sobre

a prática de psicólogos/as que já atuam nesse campo. A pesquisa estará disponível até 24 de junho no site do Conselho Federal de Psicologia: www.pol.org.br.

O CREPOP tem a missão de promover e ampliar a participação da Psicologia na esfera pública, baseada na interlocução e na sistematização das práticas psicológicas relacionadas, sobretudo no cenário das políticas públicas, contribuindo para a promoção dos Direitos Humanos (DHESCAS) e o acesso no nosso estado e em nosso país.

Representa a concretização do compromisso com um eixo político central no trabalho dos conselhos, sob responsabilidade do estado e a defesa da presença da Psicologia nessas políticas. Assim, possibilita-se um espaço de diálogo e troca para psicólogos/as que atuam ou têm interesse no campo das políticas públicas. Seguimos com o intuito de qualificar cada vez mais nossos fazeres, nossos saberes que serão desenvolvidos durante o ano de 2011.



AGENDE-SE

DATA	EVENTO	LOCAL	INFORMAÇÕES
13 e 14/06/2011	Seminário sobre Drogas: Subjetividade, Autonomia e Tutela	Olinda/PE	www.crppe.org.br eventos@crppe.org.br (81) 2119.7258
28 e 30/06/2011	XI Congresso de Stress da ISMA-BR, XIII Fórum Internacional de Qualidade de Vida no Trabalho, III Encontro Nacional de Qualidade de Vida na Segurança Pública e III Encontro Nacional de Qualidade de Vida no Serviço Público	Porto Alegre/RS	www.ismabrasil.com.br
29/06 a 01/07/2011	I Congresso Internacional de Criatividade e Inovação- Criatividade e Inovação – visão e prática em diferentes contextos	Manaus/AM	www.apgico.pt/congresso.htm
03 a 06/07/2011	X CONPE - Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional	Maringá/PR	www.abrapee.psc.br
06 a 08/07/2011	II Congresso Brasileiro de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho - CBPCT e o III Simpósio Brasileiro de Psicodinâmica do Trabalho	Brasília/DF	www.congressopsicodinamica.com.br
25 a 27/07/2011	VIII Congresso Iberoamericano de Avaliação Psicológica	Universidade de Lisboa - Faculdade de Psicologia	congresso.avaliacaoopsicologica@transalpino-viagens.pt

MULHERES EM DESTAQUE: CFP AMPLIA DEBATE COM LANÇAMENTO DE CAMPANHA NACIONAL



O aumento do protagonismo das mulheres nas diversas esferas sociais e políticas reflete uma expectativa de emancipação das relações de desigualdade na sociedade. No sentido de ampliar o debate e levar aos/as profissionais de psicologia esta reflexão, o Conselho Federal de Psicologia lançou, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, a campanha Psicologia: profissão de muitas e diferentes mulheres.

No Brasil, a Psicologia tem pelo menos 89% de profissionais mulheres e é com

elas que o Conselho de Psicologia vem dialogar por intermédio de diversas ações. Uma delas é o Prêmio Profissional Democracia e Cidadania Plena das Mulheres, uma iniciativa do Conselho Federal para reconhecer e dar visibilidade às experiências profissionais voltadas à promoção da cidadania plena das mulheres.

Todo material referente à campanha e o edital do Prêmio estão disponíveis na página <http://mulher.pol.org.br>, na qual as profissionais de Psicologia terão espaço para divulgar, através de fotos e vídeos, o seu cotidiano profissional. Com o material selecionado, um grande mapa do

Brasil irá representar a atuação da Psicologia no país.

O Conselho Federal se mantém atuante em várias frentes com temáticas voltadas às mulheres. Entre elas, o combate à violência contra a mulher e a defesa do parto humanizado. Em 2010, o CFP conquistou vaga no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), espaço para propor e opinar sobre os rumos das políticas públicas femininas. Além disso, mantém em sua estrutura uma Comissão Especial de Elaboração de Referências Técnicas para Atuação dos/as Psicólogos/as na Atenção às Mulheres em Situação de Violência.

PARA VER

CRÍTICA CULTURAL

Por **Maria Aparecida Craveiro Costa**

Psicóloga Social, mestra em Psicologia Social Comunitária, professora da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), conselheira do XIII Plenário do CRP-02.



Em *Cisne Negro* o diretor Darren Aronofsky, que já havia nos brindado com filmes como *Pi*, *Réquiem para um Sonho* e *O Lutador*, nos convida mais uma vez a refletir sobre a complexidade do humano.

O filme traz a história de Nina Sayers (Natalie Portman), bailarina de uma companhia nova-iorquina de balé cuja vida é inteiramente consumida pela dança. Ela mora com a mãe, Érica (Barbara Hershey), bailarina aposentada que incentiva a ambição profissional da filha, ao mesmo tempo em que, cotidianamente, a faz lembrar que desistiu da carreira por ela e que, por isso mesmo, espera que Nina atinja o sucesso que ela não conseguiu alcançar. O diretor artístico da companhia, Thomas Leroy (Vincent Cassel), decide substituir a bailarina principal, Beth MacIntyre (Winona Ryder), na

apresentação de abertura da temporada, *O Lago dos Cisnes*, e Nina é sua primeira escolha; porém, a proposta de Leroy é que uma mesma bailarina interprete o *Cisne Branco* e o *Cisne Negro*. Nina tem a doçura necessária para interpretar o *Cisne Branco*, com sua ingenuidade e pureza, porém, falta-lhe a espontaneidade, malícia e sedução para encarnar o *Cisne Negro*.

Acompanhamos, então, a luta de Nina para atingir a perfeição que, neste caso, poderíamos dizer, apoiando-nos em Jung, significa integrar sua persona e sua sombra, completando seu processo de individuação e conquistando a senha de reconhecimento para a entrada no mundo das mulheres adultas. Esta não será uma tarefa fácil e aí o filme também nos mostra o quanto podem ser contraditó-

rios os mandatos familiares, pois, a mesma mãe que estimula Nina para que lute pelo reconhecimento profissional, é também aquela que a superprotege e a infantiliza, mantendo-a, entre ursos de pelúcia, lanchinhos levados na cama e cuidados excessivos, numa infância eterna.

Fazendo uso de cenários claustrofóbicos e labirínticos e, também, do espelho como elemento cenográfico que, metaforicamente, nos remete ao duplo de sua personagem, Aronofsky nos permite acompanhar intensamente a luta de Nina para descobrir e assumir o *Cisne Negro* que existe dentro dela. Trata-se, enfim, tal como em *O Lutador*, de um filme que nos instiga a refletir sobre o quanto a busca obsessiva por uma ideal de perfeição pode nos conduzir à loucura e mesmo, à morte.

EXPEDIENTE



Rua Afonso Pena, 475
Santo Amaro - Recife/PE
CEP: 50050-130
Fones: (81) 2119.7272/7250
Fax: (81) 2119.7262
crppe@crppe.org.br
www.crppe.org.br

SUBSEDES

Sertão do São Francisco: Av. Guararapes, nº 1934, sala 01, Galeria Madrepérola, Centro, Petrolina/PE
CEP: 56302-000 - Fone: (87) 3864.6728

Agreste Meridional: Rua Dom Luiz de Britto, 53, sala 04, Empresarial Cícero Aprígio, Centro, Garanhuns/PE
CEP: 55295-051 - Fone: (87) 3761.3299

Vale do Ipojuca: Av. Agamenon Magalhães, 1143, sala 501, Maurício de Nassau, Caruaru/PE
CEP: 55014-000 - Fone: (81) 3721.6774

DIRETORIA - XIII PLENÁRIO:

Presidente: Maria Conceição Costa
Vice-Presidente: Alessandra de Lima e Silva
Secretária: Regina Célia Brandão Furtado
Tesoureiro: Glauddston Cordeiro de Lima

Coelheiros Titulares: Marcos Costa Dhotta / Maura Regina Barros dos Santos / Melissa Leite de Azevedo / Socorro Alves da Silva / Silvana Maria de Santana.

Conselheiros Suplentes: Antônio de Pádua Cesar da Silva / Cristiana Menezes Almeida / Ewerton Marinho Pedrosa / Maria Aparecida Craveiro Costa / Mônica Souza e Cruz / Murilo Tolêdo Calafange / Sônia Carneiro Proto Tadzia Assunção Negromonte de Oliveira / Verônica Carrazzone Borges.

Jornalista responsável: Alana Moreira - DRT/PE 3616
Projeto gráfico: Dois Comunicação (www.dois.ag)
Impressão: Dialgraf (tiragem: 8.000 exemplares)